

POSITIVISMO E CIDADE GREGA ANTIGA: ACERCA DE ALGUNS PROBLEMAS DE MÉTODO HISTÓRICO

José Antonio Dabdab Trabulsi
[UFMG]

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'étudier la vision des historiens "positivistes" de la cité grecque, notamment en ce qui concerne leur méthode historique. Nous essayons de dégager certaines motivations et certains conditionnements dans leurs choix. Ce texte est une partie d'un ensemble de travaux sur les "cités grecques" du XXe siècle. Il a été écrit avec l'appui de la CAPES (Ministère de l'Education du Brésil).

Mots-clés: cité grecque, historiographie, positivisme, histoire grecque, pensée française.

Na segunda metade do século XX, tornou-se freqüente começar os trabalhos de história em geral e de história grega em especial com uma crítica mais ou menos acerba, mais ou menos desdenhosa, das maneiras e práticas "positivistas". Esta atitude chegou a se constituir em uma moda, um reflexo, quase uma obrigação para quem quisesse ser levado a sério. Esta reação anti-positivista foi tanto mais violenta quanto, ao longo de toda a primeira metade do século XX, esta abordagem, que nos nossos meios é freqüentemente identificada com o "humanismo tradicional", foi dominante e até hegemônica, na área de expressão francesa ainda mais que em outras. Weber era pouco conhecido e pouco discutido, o marxismo limitado a um canto pouco ou nada freqüentado por historiadores da Antigüidade, muito conservadores, e a antropologia praticada apenas por marginais ou "loucos simpáticos" como Jeanmaire ou Gernet, rejeitados para as margens do sistema.

Neste fim de século, a moda mudou, e começa a se dizer que os positivistas foram denegridos e que se exagerou e se desnaturou o que eles disseram, com o objetivo de desqualificá-los. O que é exato, com muita frequência, mas não é suficiente para explicar esta nova atitude. Volta a um modelo abandonado, para melhor sair dos modelos que o substituíram, e que por sua vez aparecem hoje como insuficientes? Convergência real de opiniões com elementos de um método, senão de uma ideologia, neste fim de século de “restauração”?

O que é certo, em todo caso, é que, no que se refere aos trabalhos sobre a cidade grega, quer seja para criticar ou para relativizar as críticas, falou-se sem saber muito bem o que, pois há muito estes autores não são mais lidos. Toda uma geração - a minha - foi formada com textos que recusavam a contribuição destes autores. É a razão pela qual eu penso ser útil propor um estudo “literal” da cidade grega “positivista”. Tomo este termo no seu uso corrente, tal como ele é entendido nos meios dos estudos clássicos, sem preocupação de rigor filosófico. Considero o conjunto da produção, mas limito a análise à primeira metade do século, enquanto esta análise foi aplicada “sem complexo”, pois depois o ataque foi tão forte que até os positivistas negavam aplicar o modelo. Houve um positivismo “envergonhado” (mas isto parece quase terminado hoje) que não se presta tão bem à análise. Mas eu não renuncio a tentar observar o que, já durante os anos de glória, anuncia o declínio fulminante desta abordagem, que marcou uma época em que os estudos gregos tinham ainda um impacto muito forte (ainda que em diminuição rápida) sobre as ciências humanas.

Neste texto, estudo um aspecto específico do problema, a saber, alguns elementos do método histórico aplicado pelos positivistas à cidade grega antiga. Ele faz parte de um conjunto de textos onde estudo vários aspectos desta cidade grega dos positivistas; aspectos de configuração, mas também aspectos de ideologia ou aspectos de método. Como a produção é enorme, e para poder realizar um estudo atento aos textos, foi necessário escolher. Tentei fazer uma escolha que seja variada mas representativa do equilíbrio de influência e de notoriedade que existia na época. Assim, certos autores estão mais presentes, como Francotte, Jardé, Cloché, Glotz ou os dois Croiset. Como a minha intenção é a de estabelecer, a longo prazo, uma avaliação, uma comparação entre as diversas “cidades gregas”, os paralelos, as analogias, as confrontações, as antecipações em relação a autores mais recentes são frequentes e voluntárias. Parece-me desejável fazer uma historiografia da cidade grega que seja ao mesmo tempo e na medida do possível uma história da cidade grega, senão até uma proposição de cidade grega.

NASCIMENTO, VIDA E MORTE: AS ETAPAS HISTÓRICAS COMO ELEMENTO DE EXPLICAÇÃO

Num conjunto coerente, a “cidade grega”, as etapas (ou seja, a história) são fundamentais e devem ser distinguidas, segundo estes autores. Formação, apogeu e declínio, a explicação histórica é calcada no modelo biológico.

A explicação histórica dos autores positivistas dá à passagem do tempo e aos seus efeitos uma importância maior que às establidades sincrônicas, com suas coerências temporais. Em relação à economia, por exemplo, segundo Jardé: “a economia primitiva na Grécia era sobretudo pastoral. Os reis de Homero possuem numerosos rebanhos de bois e de porcos, que seus servidores fazem pastar nas florestas”. Mais tarde, “uma parte das terras desbravadas é sem dúvida cultivada com cereais, tanto mais que o desbravamento, limitando as áreas de pasto, acarreta uma diminuição do gado, e que os cereais se tornam a base da alimentação: aos heróis de Homero, grandes comedores de carne, opõem-se os gregos do século V, sóbrios comedores de pão e de legumes” (JARDE, 1925: 98-99). Ele traça assim, por meio de distinções, uma verdadeira história da paisagem rural grega, com uma preocupação histórica muito forte.

Glitz, quando discute o caráter primitivo ou moderno da economia grega, diz que certos autores “concluem, a partir de diferenças facilmente observáveis, que há uma disparidade radical” entre a economia antiga e a moderna. Outros, diz ele, “a partir de semelhanças superficiais, se deixam levar a pensar que há uma identidade profunda”, “falando de capitalismo e proletariado assim que distinguem ricos e pobres”. Ele afirma que se trata de dois exageros e que, para evitar este risco, é necessário distinguir entre as épocas 1) homérica, 2) arcaica, 3) clássica, 4) helenística, cada uma tendo sua economia (GLOTZ, 1920: 4). Vemos através disso que a distinção entre épocas diferentes é uma verdadeira chave de inteligibilidade histórica.

Acerca do mesmo tema, Francotte aplica o princípio, alargando-o ao contemporâneo, mas com o objetivo de melhor compreender a evolução na Antigüidade. Assim, quanto ao progresso na especialização das profissões, ele diz que “se comparamos Atenas por volta do século IV com a cidade homérica, ele (o progresso) é imenso. Por outro lado, se comparamos Atenas a Birmingham ou a Manchester, ele é insignificante” (FRANCOTTE, 1900, v. 1: 290).

Então, cada um fará seus próprios cortes na história. Enquanto Glitz distingue três fases da democracia em Atenas (formação, apogeu, declínio, correspondendo respectivamente aos séculos VI, V e IV), Cloché, por seu lado, enxerga quatro (CLOCHE, 1951). A visão tripartida predomina, entretanto. A formação pode ser levada muito para trás no tempo, como por exemplo quando Glitz explica um grande número de práticas e idéias clássicas por

suas “origens” na ordália primitiva, apesar da passagem do primitivo ao histórico ser encarada por Glotz sem preconceito moderno ostensivo (GLOTZ, 1904: 89-121). Da mesma forma, para A. Croiset, muitas das qualidades do grego “são provenientes da pré-história”, e são “um fato primitivo”. O positivismo é um modelo “genético”, no qual o que precede no tempo conserva um poder explicativo formidável e, por isso mesmo, não deve ser esquecido.

Não deve ser esquecido, mas também não deve ser coberto de incenso, pois só se trata de um prelúdio. Os arcaísmos não possuem autonomia histórica. “Esperando Péricles”, poderíamos dizer, para resumir a visão destes autores quanto a isso. Assim, M. Croiset diz sobre o fim do século VI: “em suma, nesse momento, a arte sob todas as suas formas estava em pleno renascimento. Ela tinha reconquistado definitivamente tudo que tinha sido perdido desde a época das invasões. Ela tinha aberto até novos caminhos, inaugurado novas técnicas. Tinha chegado o momento em que as obras-primas de toda espécie podiam nascer” (M. CROISET, 1922: 108). A passagem do tempo corresponde a uma deperdição de barbárie, a uma sobrecarga de civilização: “não há dúvida, também, que houve nesta religião uma certa grosseria meio bárbara, que o gênio grego, apurando-se e afinando-se, eliminou pouco a pouco” (M. CROISET, 1922: 23). A idéia geral, que se aplica a todos os domínios da “civilização” grega, é a de “preparação”, de “progresso” em direção a um nível superior, e de “contribuição” ao patrimônio da humanidade. Assim, quanto à religião, ele busca ver um “progresso da moral religiosa” sob a influência da filosofia (M. CROISET, 1922: 82-109). É interessante ver que este esquema, que se aplica na maioria das vezes ao conjunto da história grega, pode ser aplicado também no interior de apenas um de seus períodos. Assim, M. Croiset pode dizer sobre os aqueus que “a impressão que eles nos dão é a de uma raça jovem, ainda muito entregue aos impulsos instintivos (...)”. Enquanto que “depois de um período de criação fecunda e variada, houve portanto um certo declínio” (ele fala da arte micênica) (M. CROISET, 1922: 25-29).

No fim, há sempre um declínio. Assim, Hatzfeld vê na época tardia uma influência oriental, uma arte “abastardada” (ele está falando da arte cretense) (HATZFELD, 1926: 27). É um mosaico de evolucionismo vulgar e de fórmulas do tipo “grandeza e decadência”. O modelo biológico é percebido e expresso de maneira totalmente consciente por A. Croiset: “este caráter universal e regular da evolução política, que a faz parecer com a evolução de um ser vivo, foi bem visto pelos filósofos gregos: a comparação da cidade com uma planta ou um animal já está presente em Platão” (A. CROISET, 1920: 328).

INSTÂNCIAS E CAUSALIDADES DIVERSAS

Na área da história antiga, a economia não precisou esperar a Escola dos Anais para se impor como uma preocupação maior para os especialistas. Segundo Guiraud, que é um liberal em matéria econômica, mobilidade, partilha e comércio da terra são geradores de liberdade: “assim, observamos que no final do século V a pequena e a média propriedade dominavam na Ática. Três quartos dos cidadãos possuíam o solo (...) é por este motivo que Atenas teve um governo democrático (...) sua dignidade de cidadão tinha sua fonte no orgulho natural do homem que se sente senhor de um pedaço de terra onde ele é realmente rei, e os pobres se igualam aos mais ricos, pois a condição de uns e outros, tomada em si mesma, era idêntica” (GUIRAUD, 1905: 12-13). Existe, portanto, uma determinação ou um condicionamento do político pelo econômico. Guiraud vai mais longe, passando do econômico e do social ao psicológico ou ao mental: “um preconceito, um desfavor se ligou à cultura do solo, a partir do momento em que ela foi sobretudo entregue a mãos servis ou mercenárias, e que se acostumou insensivelmente a se livrar deste encargo sobre as classes inferiores” (GUIRAUD, 1905: 45).

Glötz adota o mesmo esquema. Ele diz, num tom (demasiado) modernista numa época em que o primitivismo se impunha: “tal estado de coisas teria podido durar indefinidamente, se o regime econômico da Grécia não se tivesse completamente transformado a partir do século VIII”. Ele pinta um quadro de renovação comercial, desenvolvimento de indústrias, organização dos mercados; “um capitalismo cada vez mais hábil domina o mundo grego. Para trás a vida mesquinha dos velhos tempos! Viva a *crematística*!” E, para ele também, a economia é a base, a causa primeira das transformações: “a revolução econômica teve necessariamente graves repercussões na ordem política e social” (GLOTZ, 1928: 110). Ele já dissera a mesma coisa no seu livro sobre o trabalho; há, segundo ele, cidades mais ou menos desenvolvidas, “mas, a despeito dessas distinções, no conjunto da Grécia predomina, desde o século VII, um regime de economia mercantil, urbana e, por conseguinte, monetária. Os efeitos desta transformação seriam imensos sob todos os pontos de vista” (GLOTZ, 1920: 87). A economia está no ponto de partida, ela é causa primeira. Ele aplica o mesmo esquema para explicar o declínio grego na época helenística: “o pauperismo agrário é a ferida da Grécia nos tempos helenísticos. Mais que qualquer outra causa, ele precipita uma decadência que, de econômica, torna-se rapidamente política” (GLOTZ, 1920: 415).

Francotte, por seu lado, aplica o esquema dizendo que não. Ele explica, por exemplo, a vida econômica arcaica como uma crise de crescimento, e diz que “as modificações que acabamos de constatar no estado social são preconceitos, pois elas aumentam os meios de vida, e portanto o bem estar”. Parece

haver nele alguns ecos de leitura de Marx, como seus desenvolvimentos sobre os progressos da cerâmica e da metalurgia quase em termos de “meios de produção” (FRANCOTTE, 1922: 38-39). Ele não é impermeável a certas idéias de Marx, como a correspondência entre a base econômica e a (super)estrutura política. Assim, quanto a Esparta, ele diz: “a oligarquia política perdurou, pois, deliberadamente, a base econômica foi preservada, a propriedade fundiária”, e que “pela manutenção da disciplina espartana, impediu-se a criação da indústria e do comércio” (FRANCOTTE, 1900, v. 2: 308). Mas ele por vezes tem vontade de se desligar deste esquema, que ele aplica muitas vezes: “as mudanças econômicas têm sua repercussão no domínio político. Assim, o aumento na população urbana cria um meio favorável à democracia; a oligarquia se adapta ao regime agrícola e familiar. Não há entretanto nada de fatal nessas correspondências do meio econômico com a forma de governo” (FRANCOTTE, 1922: 197). O que é uma formulação interessante de uma crença na autonomia relativa do político: será que temos aqui uma rejeição a certas formulações marxistas que inquietavam a erudição clássica? Difícil de dizer, mas é possível, em um autor muito conservador, mas que conhecia bem Marx.

Jardé, também, vai das estruturas econômicas às formas de pensamento. Ele enuncia, por exemplo, perfeitamente, o que se tornará conhecido como “a hipótese causal hidráulica”, em relação ao Egito e à “Caldéia”, e explica que a Grécia não precisou de uma rede de irrigação, e portanto não desenvolveu estruturas de cooperação equivalentes: “temos então aqui condições econômicas que só podiam manter e desenvolver o individualismo”, tão dominante em toda a história grega. Ele situa a economia como base de uma certa configuração social e psicológica. Enquanto que, diz ele, as cidades agrícolas são mais fechadas aos estrangeiros, por exemplo, Esparta, “ao contrário, nas cidades mercadoras, o estrangeiro é muito bem acolhido: o grande comércio supõe não apenas trocas de produtos, mas trocas de pessoas, e o mundo dos negócios é essencialmente internacional” (JARDE, 1923: 56, 308).

Se, em alguns autores, há nuances na formulação, no fundo todos aplicam a idéia da determinação causal. Ainda que ela possa se tornar uma determinação por etapas. A. Croiset fala da evolução em direção à democracia em Atenas e resume seu pensamento lembrando: “vimos como as causas econômicas, sociais, políticas a tinham determinado” (A. CROISET, 1920: 71). Esta primazia do econômico pode ser explicada pela importância que tinha assumido a economia no mundo da época, e sobretudo sua visibilidade no debate público.

Há causas reivindicadas, mas há também causalidades recusadas. Assim, o clima para Jardé: “se os países gregos parecem mais secos e mais estéreis hoje do que ontem, eles o devem não a variações de clima, mas aos períodos de barbárie que eles conheceram desde a Antigüidade Clássica”. Ele visa os

turcos, nesta passagem. Mas ele recusa uma causalidade racial: “desde a mais remota Antigüidade, não há raça pura do ponto de vista fisiológico, mas misturas de raças e de povos (...) meio ou raça são explicações incompletas ou insuficientes” (JARDE, 1923: 3-4, 39-53). Mas, reivindicada ou recusada, uma causalidade é sempre necessária, buscada e afirmada. Henri Berr, num prefácio a Jardé, explica a distribuição do assunto entre os volumes de sua coleção *L'évolution de l'humanité*: “não é simplesmente a partir da cronologia, a partir da comodidade da exposição, é a partir da causalidade - na medida do possível - que os nossos volumes e seu conteúdo se ordenam” (JARDE, 1923: X).

Ora, a fraqueza dessa busca de causalidade será, logo em seguida, sua marca de envelhecimento. Enquanto se vive nos anos em que a física busca ultrapassar os esquemas da causalidade mecânica da física clássica, a história os aplica à exaustão. Por vezes, de forma embaraçada. Laurent tenta um vai e vêm: “a reação da qual se trata vem do fato de que toda organização política tende a estabelecer a permanência de um estado da sociedade do qual ela provém, enquanto que este estado social, em perpétua mudança, tende à transformação constante da organização política” (LAURENT, 1933: 173). Por vezes, se tropeça entre causas e efeitos. Por exemplo, para Picard, “parece que os arreios dos animais de carga, feitos na forma “coleira de cachorro” em todo o mundo antigo, não permitiram senão de forma medíocre o aproveitamento da tração animal. Esta insuficiência não foi apenas, sem dúvida, uma das causas da manutenção da escravidão humana (...)” (PICARD, 1930: 18). Ou então se afirmam as duas coisas ao mesmo tempo. Para Glotz, “enquanto uma sociedade reduz ao estado servil a força humana, por não conhecer o uso da força mecânica, ela tem tais facilidades em se assegurar uma mão-de-obra abundante e dócil, que ela não sente a necessidade de substituí-la artificialmente. Causa da escravidão industrial, a ausência da máquina torna-se também em certa medida seu efeito, de tal forma que a escravidão impede a indústria e se impede a si mesma de tomar uma extensão indefinida” (GLOTZ, 1920: 249). A escravidão é portanto causa e efeito da falta de progresso técnico.

Há na Grécia “positivista” este impasse causal: seja causalidade mecânica, seja dissolução da causalidade. O que se disse desses autores e, por exemplo, de Glotz, como uma crítica, a saber, o fato de que eles não se interessavam suficientemente pela economia, pela religião, e se interessavam demais por política e por diplomacia, não é uma crítica totalmente justa. Glotz não esqueceu a economia, como mostra o seu livro sobre o trabalho; ele não esqueceu a religião, pois fez uma tese sobre a ordália que é praticamente um exercício de “antropologia religiosa”. O que é verdade, é que esta dificuldade em articular de forma não-determinista as instâncias, faz com que eles se interessem por tudo, mas de forma sucessiva e não simultânea. Então, a partir da leitura da

Cidade grega, por exemplo, temos a impressão de que a política está isolada do econômico ou do religioso.

Num Cloché, este caráter se torna agudo. Quando ele fala da indústria, fala quase sempre de técnica, muito simplesmente, sem nenhuma discussão sobre os preços, os mercados, sem conceitualização dos conjuntos. A descrição substitui e afugenta a análise. Não observamos nenhuma influência dos “novos saberes” que despontavam, como a sociologia, a antropologia, etc. (CLOCHE, 1931: 40-53). Glotz é um caso curioso. Enquanto que no final de sua carreira ele se situa num registro “clássico” de história política e diplomática, um pouco seco e sem futuro, no início, no seu livro sobre a ordália por exemplo, ele pratica esta análise transversal ignorada pela historiografia positivista. Ele enxerga e demonstra as ligações entre o político, o econômico, o social, o jurídico, o religioso, nas diversas “metamorfoses” da ordália (juramento, imprecação, testemunho, sorteio, docimasia, etc.) (GLOTZ, 1904: 122-131). Ele estava, então, muito próximo de um Gernet. Mas ele tomou um caminho muito diverso em seguida.

A causalidade se tornará um impasse, portanto, no qual a “cidade grega positivista” vai estagnar e finalmente perder sua força explicativa. Vê-se bem que enquanto única e mecânica, ela não é mais aceitável; buscam-se então causas múltiplas, causas exteriores, causas interiores (AYMARD, 1953: 261), que acabam por se diluir ou se anular. É pior ainda, pois isso faz desaparecer o que no início era uma força, ou seja, a formidável vontade de compreender. O caminho estará logo livre para tentativas vindas de outros horizontes teóricos.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA: CAUSALIDADE, INFLUÊNCIA OU DETERMINISMO?

Nos autores positivistas, as relações entre geografia e história são percebidas como sendo muito próximas. Há sempre uma causalidade, quer se trate de influência ou de determinismo. Henri Berr explica da seguinte forma o procedimento de Jardé: “talvez um etnógrafo insistisse mais nas características genéricas dos primeiros habitantes. Mas Jardé é, e quer ser *historiador*: é nas ações e reações da geografia e da história, por conseguinte na atividade humana, que ele vê o fator essencial” (JARDE, 1923: XI). É claro que a distinção em relação à antropologia era essencial para a ambição renovadora do projeto de “síntese histórica” de Berr (BERR, 1911), e ele encara a geografia como uma aliada, um parceiro privilegiado da história (Lucien Febvre (FEBVRE, 1922) vai dedicar um livro inteiro a esta relação como introdução à coleção *L'évolution de l'humanité*). Mas é preciso não esquecer, de maneira mais ime-

diata e mais prosaica, a proximidade das duas disciplinas nos currículos escolares, o que criava muitas afinidades.

Certos autores sentem que se foi muito longe nesta aproximação. Assim, Jardé contesta o determinismo geográfico, mas não a influência do meio, e ele se lança numa descrição minuciosa, de várias *dezenas* de páginas, que supõe um enorme conhecimento da geografia, da geologia, etc. Ele examina a terra, as águas, o mar, a vegetação. A proximidade entre história e geografia atinge seu apogeu, e não vai cessar, em seguida, de diminuir. Na segunda metade do século, salvo nas obras especializadas, e mesmo assim nem sempre, as descrições geográficas desaparecem em grande parte ou até completamente.

Jardé examina as relações entre a fragmentação do território e as idéias sobre a cidadania e o “patriotismo”; ele diz que não existe determinismo, mas certamente um condicionamento (JARDE, 1923: 11-23); o que é uma posição prudente. Sua análise é suficientemente aprofundada para poder demonstrar que o clima não mudou muito na Grécia desde então, e a temperatura média não se alterou nem mesmo em *um* grau, apesar do desflorestamento ser real. Mas, ao mesmo tempo que ele relativiza com frequência estas relações, de que ele contesta o determinismo em teoria, ele o aplica muitas vezes na prática, e em pontos em que ele é mais difícil de ser “provado”, como nas relações entre clima e pensamento: “a poesia da bruma e do mistério, os fantasmas que se desfazem nas nuvens, o romantismo germânico ou o simbolismo escandinavo, tudo isso era desconhecido pelos helenos. Não há mais brumas no pensamento grego do que na paisagem grega” (JARDE, 1923: 25-28).

Mas ele aplica o mesmo esquema também à economia. Ele explica as “condições favoráveis” do clima e da natureza, e diz que o grego juntou a isso seu esforço para controlar a natureza. Ele não fez como o felá egípcio, que adormeceu “na preguiça de uma vida fácil demais” (cheia do rio e fertilidade gratuita do húmus) que manteve o Egito “mais ou menos” na mesma situação do início até a conquista romana (JARDE, 1923: 70). Ele chega aqui até ao esboço de uma teoria do *challenge and response*, tal como ela será formulada por Toynbee. Da geografia, Jardé passa facilmente à economia e à psicologia. A natureza continental do estado espartano, diz ele, afasta os espartanos das trocas de produtos e de idéias, “o espírito de iniciativa e de aventura”, “a rapidez do olhar e presteza nas decisões” (JARDE, 1923: 164). É verdade que a familiaridade com autores clássicos como Aristóteles é em parte responsável pelo tom “sociológico”, que estava menos presente em trabalhos da época que versavam sobre outros períodos da história antes da renovação dos *Anais*. Assim, por exemplo, quando ele explica os três partidos em Atenas no final do arcaísmo, ele vê “inicialmente grupos de população que se repartem geograficamente” e que “devem a esta localização seu tipo de vida, sua atividade econômica e em razão disso suas idéias e suas aspirações” (JARDE, 1923: 198).

Mas Jardé é ainda um moderado quanto a este aspecto. Hatzfeld vai mais longe. Acerca da divisão política, ele afirma que “sobre um solo assim dividido, a nação helênica se fragmentou numa poeira de pequenos povos, todos zelosos de sua independência” (HATZFELD, 1926: 14), dando assim uma visão claramente mais determinista. Da geografia, ele passa ao clima e à “raça”: “os médicos antigos tinham já reconhecido que um clima onde alternam dessa maneira o frio e o quente favorecia o desenvolvimento de uma raça ativa e vigorosa” (HATZFELD, 1926: 18). Ele diz que “a geografia não explica toda a história”, mas explica pelo menos que os gregos deveram a democracia a seu clima, pois a vida fora de casa, na rua, desenvolve “um sentido profundo da igualdade” e “hoje ainda o camponês da Grécia trata seu interlocutor de tu” e isto “serviu de base, em certas cidades gregas, às constituições as mais radicalmente democráticas que a humanidade jamais conheceu até os nossos dias” (HATZFELD, 1926: 18-19). Assim como a democracia, a paz e o desenvolvimento, até o industrial, são explicados pela geografia. Segundo Hatzfeld, na época de seu apogeu, Creta não conheceu estas querelas de cidades que mais tarde “tornaram sua história tão lamentável (...) Durante muitos séculos Creta teve, e por razões análogas, uma existência tão privilegiada quanto a da Inglaterra de 1689 a nossos dias: sem revoluções, sem invasões, com um rico desenvolvimento agrícola e industrial” (HATZFELD, 1926: 22).

Francotte caminha no mesmo sentido, para explicar a alegria da participação política direta: “sob o sol do Sul, é bom viver ao ar livre” (FRANCOTTE, 1900, v. 1: 259). Da mesma forma, Picard tem toda uma parte intitulada “meio e raça”, onde, como tantos outros, ele contesta o determinismo e o aplica: ele diz que “como já observava Hegel, falou-se demais, e dogmaticamente, do clima - que não mudou muito do passado até hoje! - para “explicar” (?) através dele a obra das velhas raças, apresentando-a sobretudo como uma resultante quase necessária dos favores excepcionais da natureza”. O que vem em seguida é quase esperado: “sem que se deva exagerar o determinismo geográfico (...)”, ele extrai muito da geografia, como, por exemplo, faz outro autor, derivando a “exatidão no pensamento” da “pureza da luz” (PICARD, 1930: 113). Glotz é, talvez, entre estes autores, o menos prisioneiro da geografia. Ele encara a fragmentação da Grécia como a causa, “a razão profunda de todas as suas grandezas e de todas as suas fraquezas”, mas ele é prudente quanto à causalidade: “contribuiu fortemente”, “determina ou pelo menos facilita”, são fórmulas de distanciamento que encontramos com frequência. Sua posição é realmente nuançada, não apenas na sua expressão programática, mas também na sua aplicação; a geografia é um elemento importante, mas há muitos outros como ele (GLOTZ, 1928: 8-10).

BUSCA DA OBJETIVIDADE, CIÊNCIA HISTÓRICA, EXAUSTIVIDADE

Há nestes autores uma obrigação de exaustividade. Cloché, após 50 páginas sobre as diversas atividades econômicas, precisa ainda acrescentar uma última sobre as “profissões diversas” (CLOCHE, 1931: 72-73). O princípio é que se se diz tudo, a verdade será atingida. O que faz com que os livros sejam muito grossos. Mas ainda assim, trata-se obviamente de uma miragem. Cloché, falando dos portos, diz que “não se pode pensar em assinalar aqui todos os portos da antiga Hélade e das colônias gregas”. Seu reflexo positivista de exaustividade fica contrariado, mas de qualquer forma ele se lança numa descrição técnica dos principais portos gregos, Samos, Siracusa, Atenas, Corinto, entre outros, sem nenhuma interpretação econômica, nenhuma conceitualização sobre a economia antiga (CLOCHE, 1931: 88).

À impossibilidade física (eles não pensam na impossibilidade fisosófica) de dizer tudo sobre tudo, junta-se um obstáculo prático, o caráter fragmentário das fontes antigas. Então, deploram-se as perdas e as destruições, tanto mais que eles são muitas vezes *antiquisants* no sentido primeiro da palavra, pessoas que gostariam que a Modernidade de novo se aproximasse da Antigüidade. E justifica-se então a necessidade de preencher as lacunas. M. Croiset fala sobre as incertezas em relação aos reis homéricos e diz: “lá onde faltam os testemunhos, será preciso recorrer às conjecturas; basta que elas se apoiem em fatos conhecidos e sejam conforme à verossimilhança” (M. CROISET, 1922: 20). O que faz pensar nos métodos da arqueologia de então, em especial no “caso Evans”, célebre pela sua audácia temerária. É que a exigência de exaustividade torna as lacunas “insuportáveis”, tira muito da pretensão “científica”, e é necessário então tapá-las da melhor maneira possível.

Estes autores fazem muitos cálculos aritméticos. Guiraud dedica várias páginas a um cálculo muito complicado (e muito frágil) da riqueza global ateniense (GUIRAUD, 1905: 93sq.). Para Francotte, “só podemos nos surpreender do pouco caso dos historiadores alemães em relação às pesquisas estatísticas sobre a população das cidades antigas”, e prossegue com um elogio desta ciência (FRANCOTTE, 1900, v. 1: 160). Jardé faz um esforço, pesado, complexo, de cálculo; esforço muito frágil, pois apoiados em inúmeras variáveis, e sobre dados episódicos e fragmentários. Ora, um erro, mesmo ligeiro, em apenas uma das variáveis, compromete todo o edifício (JARDE, 1925). Estas tentativas, típicas da época, foram completamente abandonadas durante décadas, a partir do momento em que a história “serial” mostrou que não se podia fazer este tipo de “quantitativo” com os dados da Antigüidade. Neste campo, a constatação de fracasso foi pesada, na medida dos esforços inúteis realizados. Este fracasso foi responsável por uma marginalização da história econômica da Antigüidade, até que o retorno do “qualitativo” a reabilitasse.

Ciência supõe para eles objetividade e imparcialidade. Festugière faz o elogio de Heródoto como “o mais lúcido e o mais imparcial dos escritores políticos da Antigüidade” (FESTUGIERE, 1947: 12). Para Jardé, “em Atenas como em Esparta a história foi falseada pelos partidos políticos. Os estudos históricos são raramente, na Antigüidade, objetivos e desinteressados; eles servem sobretudo a fornecer aos partidos argumentos e precedentes (...)” (JARDE, 1923: 180). Há uma verdadeira miragem de objetividade e desinteresse na história positivista. Por vezes, há uma nuance, como em A. Croiset, que diz ter “tentado mostrar, tão objetivamente quanto possível, as qualidades e os defeitos da democracia ateniense” (A. CROISSET, 1920: 207). A objetividade não é, neste autor, da ordem do absoluto (o que é uma atitude moderna), mas ela existe.

NARRAÇÃO, DESCRIÇÃO, JULGAMENTO

A narração, a descrição e o julgamento são os maiores instrumentos do método dos positivistas. Cloché, por exemplo, se lança numa descrição detalhada dos trabalhos dos campos e dos instrumentos agrícolas. No mundo ainda largamente rural da França de então, seu leitor devia ainda compreender suas comparações entre os instrumentos agrícolas antigos e modernos. Em sua descrição do trabalho técnico, as comparações com o hoje em dia são uma constante. A mesma minúcia está presente na descrição dos tipos de animais de criação, de caça, de pesca, e dos meios técnicos de praticar estas atividades. Constatamos que a descrição é um verdadeiro programa de trabalho. Há uma certa ausência de conceitualização, de problematização, de interpretação, em benefício da preocupação descritiva que jamais sai de cena.

É interessante observar que a tradução do antigo ao moderno era ainda possível palavra por palavra, por assim dizer. As duas realidades eram sentidas como redutíveis uma à outra, até num domínio técnico onde eles viam progressos em toda parte, na época. Assim, Cloché se lança na descrição muito detalhada de todos os procedimentos da indústria da mineração, o que podia interessar muito os leitores do Norte da França na época. Por exemplo: “a temperatura exigida para o cozimento era em média de 900 a 950 graus, ou seja mais ou menos a metade do que se exige hoje (...)”. Este tipo de comparação está presente ao longo de todo o livro (CLOCHE, 1931: 28-46). Entre a Antigüidade e a sua época, houve quase em todos os aspectos progressos, mas a analogia era ainda possível.

Uma outra forma de descrição é a utilizada por Glotz para explicar o comércio. Apoiando-se na arqueologia das cidades helenísticas, já muito rica na sua época, ele toma o leitor pela mão e “passeia” com ele de uma rua até a

ágora, do porto aos entrepostos, etc. É muito eficaz e vivaz como método (GLOTZ, 1920: 434).

Outra variante da descrição é o retrato. Assim, Francotte se dedica a estudar “os grandes homens” e se justifica: “se eu me apliquei em traçar seus retratos, é na convicção de que, melhor que a massa, eles representam os caracteres da raça e as forças inteligentes que fazem com que a história de um povo não seja do domínio da história natural” (FRANCOTTE, 1922: XII). Ideologia à parte, observemos este projeto de uma galeria de retratos. Seguindo este projeto, ele começa seu relato sobre “os cinquenta anos da hegemonia de Atenas” com uma lista de grandes homens, que estrutura seu relato: “quatro grandes homens dirigem a política ateniense, Aristides, Temístocles, Címon, Péricles” (FRANCOTTE, 1922: 95). O que é muito “prático”, tanto mais que os autores antigos adotam o mais das vezes o mesmo procedimento. Outra vantagem: a descrição personalizada facilita e por vezes até exige o julgamento do historiador. Assim, depois de ter descrito o caráter de Agesilas, que recebe seu elogio, Francotte, diz: estes sentimentos se voltam contra os gregos em geral e nos revelam um dos defeitos comuns neles. Estes detalhes possuem outra vantagem: garantem a fidelidade do retrato” (FRANCOTTE, 1922: 152). Para além de seus preconceitos “antigregos”, constatamos que sua descrição é acompanhada de julgamentos morais à antiga, a quilômetros da psicologia histórica.

Este programa descritivo é parte integrante da pretensão à objetividade. Assim, Francotte, muito hostil aos *misthoi*, diz: descrevamos inicialmente o sistema; justificaremos em seguida a maneira pela qual nós o julgamos” (FRANCOTTE, 1900, v. 2: 33). E, justamente, quando a vontade de julgar está presente, o texto resistiu melhor à passagem do tempo. Enquanto que as descrições de Cloché sobre os detalhes técnicos se tornaram de uma monotonia capaz de fazer o leitor dormir em pé, a análise “exaustiva” de todas as fontes por Francotte, que pretende “demonstrar” uma “verdade” (o nível fraco da indústria antiga), é por isso mesmo mais argumentativo. A descrição é a parte essencial do método, mas não seu objetivo único (FRANCOTTE, 1900, v. 2: 149). Mas há esta idéia, apenas em parte retórica, segundo a qual uma descrição bem feita é já uma interpretação. Assim, Francotte, para examinar a “questão social”, vai estudar os casos de Atenas e de Esparta e diz que “vai ser suficiente descrevê-los, para retratar em suas duas fases principais a história (...)” (FRANCOTTE, 1900, v. 2: 217).

O dever de julgar é sentido como uma obrigação. Assim, quando uma fonte antiga se pronuncia, é necessário que o historiador dê seu acordo ou manifeste seu desacordo, ou então que os anuncie para mais adiante. A. Croiset cita as críticas de Aristóteles e Isócrates, e diz que “nós deveremos considerar muito bem estas observações, mais adiante, quando estudarmos o que foi de

fato a vida política de Atenas” (A. CROISSET, 1920: 127). A ciência histórica é fornecedora de verdade e o julgamento é um dever do historiador.

Ao lado da vida pública, que domina as preocupações, a “vida privada” ou antes a “vida cotidiana”, também interessa, e se cuida disso fazendo descrições das casas e da forma como os indivíduos ocupam seus dias. Ela pode ser inserida numa argumentação mais ampla, como quando Picard a mobiliza no sentido de uma economia antiga “primitivista” (PICARD, 1930: 50sq.); mas nem sempre.

Quando se trata da “grande” história, o relato domina. “Conta-se” a história, como Cloché, seguindo passo a passo os autores antigos mais importantes (CLOCHE, 1951). Vemos então longos capítulos, por exemplo em Francotte, onde se trata dos movimentos diplomáticos e militares entre Atenas, Esparta, Tebas, o Grande Rei, na mais pura tradição do século XIX, com uma atenção especial para as características e feitos dos grandes homens (FRANCOTTE, 1922: 150-183). Num livro de síntese sobre toda a história grega, Hatzfeld inclui dois capítulos inteiros dedicados às guerras médicas, cujos movimentos militares e diplomáticos são descritos no detalhe (HATZFELD, 1926: 105-128). Ele o faz a partir de Heródoto e, quando ele passa ao Império ateniense, passa de Heródoto a Tucídides, e continua “contando” a história.

Isso se prolonga muito no tempo. Cloché, em 1951, analisa ainda no dia a dia, de forma jornalística, as relações entre as guerras médicas e a política interna ateniense. Ele mobiliza para isso uma soma de erudição considerável, mas seu texto se tornou praticamente ilegível hoje, de tal forma seu método perdeu interesse e pertinência. Isso já estava em curso em 1951 (é preciso considerar que se trata de um livro da sua velhice). E é uma pena, pois o que ele examinava não era de forma nenhuma desprovido de interesse. Ele atribui, por exemplo, muita importância ao exame das acusações de “medismo”, o que se tinha tornado um assunto interessante e pertinente desde Vichy e da colaboração. Suas análises históricas, por exemplo, o papel do demos marítimo na vitória e seus efeitos sobre a política interna, são mais modernas que seus métodos. Neste caso, temos um Finley, ou quase, quanto às análises, e um Mommsen, ou quase, quanto aos métodos.

Eis aí alguns aspectos de método nesta reconstrução positivista da cidade grega antiga, seus postulados, suas ambições, seus limites.

BIBLIOGRAFIA

- AMPOLO, C. (org.) *La città antica. Guida storica e critica*. Bari: Laterza, 1980.
 AYMARD, A. Liberté, patrie, factions, *Revue des études anciennes*, 49, 321-326, 1947.
 AYMARD, A. *L'Orient et la Grèce antique*. Paris: PUF, 1994 [1953].

- BAILEY, C., FINLEY, M. (org.) *L'héritage de la Grèce et de Rome*. Paris: Robert Laffont, 1992.
- BIARD, A., BOUREL, D., BRIAN, E. (org.) *Henri Berr et la culture du XXe siècle. Histoire, science et philosophie*. Actes du Colloque International 24-26 octobre 1994. Paris: Albin Michel, 1997.
- CAMERON, A. (org.) *History as text. The writing of ancient history*. Londres: Duckworth, 1989.
- CANFORA, L. Antiquisants et marxisme. *Dialogues d'histoire ancienne*, 7, 429-436, 1981.
- CANFORA, L. *Ideologias de los estudios clasicos*. Madri: Akal, 1991.
- CARCOPINO, J. Histoire de l'ostracisme athénien. *Mélanges d'histoire ancienne*, 25. Paris: Félix Alcan, 1909.
- CASSIN, B. (org.) *Nos Grecs et leurs modernes*. Paris: Seuil, 1992.
- CAVAIGNAC, E. *L'économie grecque*. Paris: Plon, 1951.
- CLOCHE, P. *Les classes, les métiers, le trafic*. Paris: Les Belles Lettres, 1931.
- CLOCHE, P. *La démocratie athénienne*. Paris: PUF, 1951.
- CLOCHE, P. *Le monde grec aux temps classiques*. Paris: Payot, 1958.
- COHEN, R. *La Grèce et l'hellénisation du monde antique*. Paris: PUF, 1939.
- CROISSET, A. *Les démocraties antiques*. Paris: Flammarion, 1920.
- CROISSET, M. *La civilisation de la Grèce antique*. Paris: Payot, 1994 [1922].
- DABDAB TRABULSI, J. A. *Religion grecque et politique française au XIXe siècle. Dionysos et Marianne*. Paris: L'Harmattan, 1998.
- DI DONATO, R. La cité de Fustel à Glotz; méthode historique et science sociale, in "Poikilia" *Études offertes à Jean-Pierre Vernant*. Paris: Editions de l'EHESS, 1987, 451-461.
- DROIT, R.-P. *Les Grecs, les Romains et nous. L'Antiquité est-elle moderne?* Paris: Le Monde Editions, 1991.
- FESTUGIERE, A.-J. *Liberté et civilisation chez les Grecs*. Paris: Editions de la revue des jeunes, 1947.
- FLACELIERE, R. *La vie quotidienne en Grèce au siècle de Périclès*. Paris: Hachette, 1959.
- FRANCOTTE, H. *L'industrie dans la Grèce ancienne*. New York: Arno Press, 1979, 2v. [Liège, Bibliothèque de la Faculté, 1900-1901].
- FRANCOTTE, H. *La polis greque*. Paris: Paderborn, 1907.
- FRANCOTTE, H. *Histoire politique de la Grèce ancienne*. Bruxelles: A. Dewil, 1922.
- GLOTZ, G. *La solidarité de la famille dans le droit criminel en Grèce*. New York: Arno Press, 1973 [Paris, 1904].
- GLOTZ, G. *Le travail dans la Grèce ancienne*. Paris: Felix Alcan, 1920.
- GLOTZ, G. *Histoire grecque*. Paris: PUF, 1948 [1926], 2v.
- GLOTZ, G. *La cité grecque*. Paris: Albin Michel, 1988 [1928].
- GRIMAL, P. *Les erreurs de la liberté dans l'Antiquité*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- GUIRAUD, P. *Etudes économiques sur l'Antiquité*. Paris: Hachette, 1905.
- HARTOG, F. *Le XIXe siècle et l'histoire. Le cas Fustel de Coulanges*. Paris: PUF, 1988.
- HATZFELD, J. *Histoire de la Grèce ancienne*. Paris: Payot, 1950 [1926].

- ISAAC, J. *Les oligarques*. Paris: Ed. de Minuit, 1945.
- JACOB, O. *Les esclaves publics à Athènes*. New York: Arno Press, 1979 [Paris: Champion, 1928].
- JARDE, A. *La Grèce antique et la vie grecque*. Paris: Delagrave, 1996 [1914].
- JARDE, A. *La formation du peuple grec*. Paris: Albin Michel, 1938 [1923].
- JARDE, A. *Les céréales dans l'Antiquité grecque. La production*. Paris: De Boccard, 1979 [1925].
- LAURENT, J. *Essais d'histoire sociale. La Grèce antique*. Paris: Les Belles Lettres, 1933.
- MOMIGLIANO, A. *Problèmes d'historiographie ancienne et moderne*. Paris: Gallimard, 1983.
- PICARD, C. *La vie privée dans la Grèce classique*. Paris: Rieder, 1930.
- ROMILLY, J. de. *Problèmes de la démocratie grecque*. Paris: Hermann, 1975.
- VERNANT, J.-P. *Entre mythe et politique*. Paris: Seuil, 1996.
- VIDAL-NAQUET, P. *La démocratie grecque vue d'ailleurs*. Paris: Flammarion, 1990.
- VOGT, J. La schiavitù antica da Humboldt a oggi, in L. SICHIROLLO (org.), *Schiavitù antica e moderna, problemi, storia, istituzioni*. Nápoles: Guida Editori, 1979, 205-224.
- WILL, E. *Doriens et Ioniens. Essai sur la valeur du critère ethnique appliqué à l'étude de l'histoire et de la civilisation grecques*. Estrasburgo: Publications de la Faculté des Lettres, 1956.

